

**PELA FORÇA DA EXPRESSÃO:
APONTAMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO DE RELIGIOSOS E RELIGIOSAS EM
AÇÕES DE DENÚNCIA E PUBLICIZAÇÃO DA TORTURA E REPRESSÃO -
BRASIL, ITÁLIA E FRANÇA (1969-1985)**

Caroline Jaques Cubas ¹

Resumo: A presente proposição tem como objetivo apresentar reflexões preliminares sobre a ação de religiosos e religiosas que, entre os anos de 1969 e 1985, envolveram-se com atividades de denúncia e veiculação de informações sobre as práticas de tortura e repressão instauradas pelo regime militar no Brasil. Tais publicações ocorriam não apenas no Brasil, mas por meio de redes de solidariedade que, muitas vezes, transcendiam as fronteiras nacionais. Em especial, para fins deste trabalho, atentaremos às trajetórias de Linda Bimbi, Maria Valéria Rezende e Charles Antoine. O objetivo principal é problematizar as possibilidades e ações de resistência por parte de membros da Igreja Católica através da observação da trajetória de padres e freiras. Para tanto, analisamos documentos diversos como registros de inquéritos e investigações, publicações de cartas e textos de denúncias, documentos disponibilizados pela BDIC – Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine e arquivo do CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. O trabalho é um desdobramento da pesquisa “Maurina Borges da Silveira e o conceito de resistência: um exercício biográfico”, em andamento junto ao Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Palavras Chave: Resistência. Ditadura. Religiosos

A instauração da ditadura militar no Brasil trouxe consigo contrariedades e mudanças de diversas ordens, sejam elas mais ou menos imediatas. Os primeiros cinco anos foram caracterizados por incertezas, pela violência e por manifestações de resistência de diferentes ordens. Passeatas e mobilizações públicas foram particularmente evidentes, ganhando destaque em páginas de jornais e revistas. A partir de 1969 assistimos a uma abrupta diminuição da divulgação destas mobilizações em função de um certo

¹ Doutora em História. Professora adjunta no Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. caroljcubas@gmail.com. O presente artigo faz parte dos resultados parciais da pesquisa Maurina Borges da Silveira e o conceito de resistência: um exercício biográfico, desenvolvido junto ao departamento de História da UDESC.

recrudescimento de práticas persecutórias, subsidiadas, entre outras, pela Lei de Segurança Nacional.

Concomitantemente a tais práticas, ocorreram diferentes formas de resistência às violências, imposições e ao projeto político-social outorgado pelo governo militar. Destas, aquela cuja memória fez-me mais vívida em função da larga produção memorialística e historiográfica, é talvez a luta armada – conformada por diversos grupos com estratégias e objetivos igualmente diversos (ROLLEMBERG, 2003). Além da luta armada, uma outra forma de ação resistente à ditadura militar deu-se através de tentativas de divulgação e, portanto, publicização das improbidades que ocorriam em território nacional. Sobre este, contamos com menos textos memorialísticos e uma produção historiográfica ainda incipiente. Neste artigo, portanto, apresentamos três destas iniciativas cujo elo deve-se ao fato de, além de mobilizarem-se em contraposição ao regime militar, foram protagonizadas por religiosas e religiosos. Tais ações, além disso, possibilitam-nos pensar a ditadura militar através de uma mirada para além das fronteiras nacionais. Eis porque nos deteremos, a partir de agora, à recortes não lineares e arbitrariamente selecionados das trajetórias de Maria Valéria Rezende, Linda Bimbi e Charles Antoine.

De acordo com a Lei de Segurança Nacional de 1969, em seu artigo 16, constituía ato criminoso "divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas." Além disso, tal crime seria potencializado se a divulgação "provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil." (BRASIL, 1969) Neste sentido, podemos afirmar que algumas das ações de Maria Valéria Rezende e Linda Bimbi (Rafaela Bimbi) poderiam ser facilmente enquadradas na LSN. Tanto Valéria Rezende quanto Linda Bimbi foram citadas por Frei Betto como exemplos, entre outros, de freiras que possuíam clareza em relação à situação política nacional e, portanto, uma sorte de consciência revolucionária.

O nome de Maria Valeria Rezende não é absolutamente desconhecido, no entanto seu reconhecimento é muito mais atribuído ao sucesso no mundo das letras que às ações de resistência ao regime militar.² Por outro lado, ao atentarmos aos elementos característicos de

² Entre os livros de Valeria Rezende podemos citar *Vasto Mundo*, publicado pela editora Beca em 2001, *O Vôo da Guará Vermelha*, pela editora Objetiva em 2005, *Modos de Apanhar Pássaros a Mão*, também pela editora Objetiva em 2006, *Quarenta dias* e *Outros Cantos*, publicados respectivamente em 2014 e 2016 pela editora

sua vida como religiosa, encontramos comportamentos que fogem ao arquétipo de “freira convencional”. Em entrevista concedida ao periódico “A Semana”, de João Pessoa, no segundo semestre de 2006, Valéria Rezende conta que ingressou na congregação das Cônegas de Santo Agostinho - SP em 1965, dedicando-se a partir de então à educação popular em povoados carentes e mudando-se para o nordeste brasileiro em 1972. Ao ensaiar um explicação para sua trajetória religiosa, Valeria Rezende explica que desde os tempos de adolescência costumava participar de trabalhos de campo promovidos pelas freiras (Cônegas de Santo Agostinho) do colégio em que estudava. Nestes, iam até populações desassistidas e ensinavam alfabetização, noções de saúde, agricultura, organização comunitária, etc. Através desta prática percebeu a possibilidade de contribuir e amenizar o sofrimento destas pessoas.

Além do interesse humanitário, a proximidade a Frei Betto e outros membros da Juventude Estudantil Católica – JEC – acabaram por influenciar sua forma de pensar os fundamentos da vida religiosa. Neste sentido, conta que seu início na vida religiosa deu-se em um momento no qual a Igreja estava descobrindo o comprometimento com os pobres e que as Cônegas de Santa Agostinho estavam, junto com os frades dominicanos, na vanguarda de todo este movimento.(CAVALCANTI, 2006) Ao lembrar os anos de ditadura militar conta que:

No final de 1971, aos 29 anos, eu estava envolvida com organizações clandestinas contra a ditadura. Muitos presos, como o (Frei) Betto eram meus amigos de adolescência. Eu ajudava a esconder pessoas. No colégio da congregação, em São Paulo, empregávamos mulheres em situação de semiclandestinidade. (...) Com a situação cada vez mais tensa, as freiras temiam por mim e me pediram para servir à congregação em âmbito internacional. (...) Passei um ano rodando pela Europa, África e EUA. Depois pedi para ir para o Nordeste, bem longe da mira do Dops. (REVISTA MARIE CLAIRE, 2006)

A mira do Dops, ao que parece, não intimidou certas atitudes em relação ao conturbado momento pelo qual o Brasil atravessava. Em "Batismo de Sangue", Frei Betto descreve um interrogatório ao qual irmã Valéria foi submetida, na ocasião de uma visita ao apartamento dos dominicanos, em São Paulo. Segundo Frei Betto, quando Valéria, antiga dirigente nacional da JEC feminina e com a qual partilhava o compromisso político embasado

Alfaguara. Além das publicações, Maria Valéria Rezende participa intensamente de feiras de literatura no Brasil e no Exterior.

pela fé, chegou ao apartamento dos dominicanos próximo a igreja da Consolação, este tinha sido recém invadido e ocupado pela polícia. Fato que Valéria desconhecia. Ao chegar ao apartamento e perguntar pelo Frei Magno, foi interpelada por um policial que empurrou-lhe para dentro do apartamento e começou a fazer perguntas, apontando-lhe um fuzil. A todas as perguntas, Valéria respondia com a mesmas palavras e firmeza, independente dos gritos e ameaças, dizendo: Vim buscar um padre para confessar-me na igreja da Consolação. Após quatro horas de exaustivo interrogatório, o policial pediu que ela reconhecesse a foto de um homem calvo, de meia idade, rosto largo e forte. Valéria negou conhecê-lo (apesar de posteriormente assumir que, teve a impressão, tratar-se de Mariguella). Foi liberada perante inúmeras advertências, seguida e vigiada durante vários dias (BETTO, 1986).

Para além de tais ocorrências, interessa-nos aqui a importância de Maria Valéria Rezende em função do fundamental trabalho realizado com as cartas de Frei Betto, escritas durante o período em que este esteve na prisão.³

Em 22 de outubro de 2001, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem a respeito dos trinta anos de publicação do livro “Nos subterrâneos da História”, de autoria de Frei Betto. Este livro, o primeiro do autor, foi publicado em 1971 pela editora Mondadori, na Itália, antes mesmo de ser lançado no Brasil. Rebatizado como “Cartas da Prisão”, o livro apresenta uma importância singular na medida em que documenta, através de cartas enviadas para a família, amigos e colegas, o cotidiano da prisão em plena ditadura militar desde o primeiro dia dos cinco anos em que esteve encarcerado, a partir de 1969. O livro, transformado em um verdadeiro manifesto sobre as práticas opressivas do regime ditatorial brasileiro, foi constituído a partir de 400 cartas resgatadas pelo trabalho exaustivo e comprometido de duas freiras. No Brasil o trabalho foi desempenhado por Maria Valeria Rezende e, no exterior, por Linda Bimbi. Segundo Frei Betto: "Eu nem sabia de nada. Foi a maior emoção quando recebi o livro, clandestinamente, no presídio Tiradentes. (...) Eu literalizei a prisão. Só saí bem por isso. O Helio Pelegrino (psicanalista e escritor) uma vez me disse: Você foi salvo pelas cartas."(FOLHA DE SÃO PAULO, 2001) Na Itália o livro obteve excelente repercussão, esgotando-se a primeira edição nos primeiros dias.

Perante o recrudescimento do regime militar e a institucionalização do uso da tortura, as denúncias acabaram tornando-se uma corajosa forma de romper com os elementos de uma

³ Publicadas tardiamente no Brasil sob o nome de “Cartas da Prisão”, pela editora Vozes.

“cultura do medo” instaurada, segundo Maria Helena Moreira Alves, a partir da evidência de que “a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüentemente tortura e coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política.” (ALVES, 2005, p.205). O silêncio, o isolamento e a desesperança acabaram configurando-se, de acordo com Moreira Alves, como componentes desta cultura do medo, rompida, corajosamente, através de denúncias que atravessaram os últimos anos da década de 1960 e persistiram ao longo dos anos de 1970. Livros como o de Frei Betto cumpriam este papel.

De acordo com Flamarion Maués, em pesquisa sobre a conformação e difusão de uma literatura de oposição ao regime militar no Brasil, a maior parte dos livros de denúncia surgiram já no período de uma retomada das lutas democráticas, a partir principalmente de meados da década de 1970, com o retorno à cena pública do movimento estudantil, do movimento sindical e do avanço da campanha pela anistia (MAUÉS, 2011, p. 50). Ainda que obras como “Torturas e Torturados”, de Márcio Moreira Alves, tenha sido lançado em 1966 (apreendido e liberado novamente em 1967), as denúncias por meio da imprensa no Brasil ocorreram de forma relativamente limitada, em função da censura instaurada. Neste sentido, Maués identifica denúncias vindas de dentro dos cárceres, por meio de cartas a familiares e advogados que, muitas vezes, receberam ampla divulgação no exterior. A importante atuação da religiosa Linda Bimbi pode ser enquadrada neste aspecto.

Mesmo antes do trabalho na publicação das cartas de prisão de Frei Betto, Linda Bimbi, que respondia religiosamente por Madre Maria Rafaela Bimbi, já havia chamado a atenção da polícia política brasileira. Nos arquivos da polícia política do estado de Minas Gerais, encontramos um informe confidencial expedido pelo Ministério do Exército, datado de 08 de junho de 1967 que, sob o assunto “difusão da doutrina comunista”, faz referência ao nome da irmã nos seguintes termos:

Consta que a Madre Rafaela Binbi (sic), diretora do Colégio Helena Guerra, antes de receber o “hábito”, foi 1^a. Secretária do extinto chefe do Partido Comunista Italiano, Togliatti. Antes da Revolução de março, praticava doutrinação ostensiva de natureza marxista às alunas do colégio que hoje é diretora.⁴

⁴Arquivo Público Mineiro. Arquivos da polícia política. Pasta 0067 (investigações a suspeitos). Doc.102. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0067&imagem=394. Acesso em 12/ 12/ 2013.

Madre Rafaela Bimbi, assim como outras congregadas das Oblatas do Espírito Santo, estava, realmente, sobre as lentes do Dops mineiro durante a década de 1960.⁵ Encontramos várias referências ao seu nome em outro processo, datado de 1970, porém referente a acontecimentos de 1963, relacionado a um Congresso de Estudos sobre Reforma Agrária.⁶ Nascida em 04 de julho de 1925, Linda Bimbi, italiana, chegou ao Brasil em março de 1952, assumindo, em 1958 a direção do Colégio Helena Guerra de Cássia – MG. Em 1959, tornou-se professora de linguística na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Belo Horizonte e de 1960 a 1968 foi diretora do Colégio Helena Guerra de Belo Horizonte. Entre os anos de 1964 a 1973 viveu um período bastante conturbado em função dos posicionamentos político-sociais das irmãs perante a ditadura instaurada. As irmãs oblatas procuravam trabalhar a educação direcionando-a para o exercício da liberdade e da justiça, sendo, nesse sentido, comumente tolhidas pelo regime militar. Foram vigiadas, perseguidas e algumas, inclusive, viram-se obrigadas a retornar para a Itália. (JORNAL FATO, 2010)

Linda Bimbi estava entre aquelas que retornaram para a Itália, mas que levaram consigo a inconformação perante os excessos cometidos pelo regime político brasileiro. A publicação das cartas de prisão de Frei Betto ocorreu neste contexto. As ações de Bimbi na denúncia das torturas e desrespeito aos direitos humanos não findou com a publicação das cartas. Suas ações tornaram-se ainda mais efetivas como organizadora do Tribunal Bertrand Russel II para a América Latina, ao lado do senador italiano pelo Partido Socialista Independente e militante antifascista Lélío Basso.⁷

De acordo com Heloísa Amélia Greco, "a constituição do Tribunal Bertrand Russel II "para a repressão no Brasil, Chile e America Latina, de abril de 1974 a janeiro de 1976, pode ser considerada o ponto de inflexão desta nova fase da luta contra a ditadura desde o

⁵ As atenções do Dops-MG não dirigiam-se apenas às Oblatas do Espírito Santo. Nos Arquivos da Polícia Política – MG encontramos documentos carimbados como confidenciais apresentando coleta de informações sobre um determinado "Grupo de Milão", "de natureza esquerdista", composto por padres e freiras. Apenas neste grupo estavam sendo acompanhados os passos de irmã Giuseppina, irmã Francesca Maria Ferrari, irmã Laura Stoppa e da irmã Luiza Virtuani. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da polícia política. Pasta 4030 (investigações). Docs. 04-08. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?action=photo&id=126978>. Acesso em 12/12/2013.

⁶ Arquivo Público Mineiro. Arquivos da polícia política. Pasta 0335 (comunicados policiais – subversão e crimes comuns). Docs.69-81. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?action=photo&id=85986>. Acesso em 12/12/2013.

⁷ O Tribunal Russell, ou Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, foi primeiramente organizado em 1966 pelos filósofos Bertrand Russell e Jean Paul Sartre, com o objetivo de investigar a política militar americana em relação à Guerra do Vietnã. A segunda edição, organizada a partir dos esforços de Lélío Basso e Linda Bimbi, entre outros, objetivou denunciar as violações dos direitos humanos por militares na América Latina.

exílio, iluminada pela questão dos direitos humanos." Neste tribunal o Brasil acaba ganhando lugar de destaque na medida em que a ditadura brasileira é apresentada não apenas como mais uma das ditaduras do Cone Sul, mas como referencial e pólo difusor para toda a América Latina de modelo que adota a tortura como política de Estado." (GRECO, 2003, p. 187). De acordo com as palavras de Linda Bimbi na Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em Roma em junho de 1979:

A obra do Tribunal Russell não é geralmente conhecida em todos os seus aspectos. Não se tratou somente de denunciar, de provocar reações na opinião pública e nas consciências; procurou-se também influir sobre o orçamento jurídico internacional. As sentenças emitidas não provocaram um juízo exclusivamente moral, mas também jurídico. (...) Neste espírito, a batalha do Tribunal Russell não foi somente política, mas também jurídica; o caso do Brasil propôs a estudiosos do mundo inteiro novos problemas de direito, que estão hoje confluindo no emergente direito dos povos. (...) O Brasil teve um papel importante na elaboração destes novos critérios de direito: os seus prófugos que tinham constituído em Santiago do Chile um Comitê de denúncia da repressão, se dirigiram a Lélío Basso em 1972 para que se empenhasse em fazer renascer o Tribunal Russell para dar juízo sobre a repressão no Brasil. Logo depois o Tribunal se estendeu a toda América Latina e assim os acontecimentos históricos do povo brasileiro tornaram-se simbólicos para todo o continente.⁸

De acordo com Bimbi, além do importante papel de denunciar, o Tribunal Russell foi além, na medida em que suas sentenças, especialmente a partir da análise do caso brasileiro, ajudavam a redefinir moralmente e juridicamente o que se consideravam os direitos dos povos. Além disso, a centralidade do caso brasileiro deve ser pensada também na medida em que a instituição deste segundo Tribunal foi pensada a partir de um pedido de exilados brasileiros, organizados em um comitê de denúncia da repressão, no Chile, em 1972.

A partir do momento em que consideramos, tal qual sugere Samantha Vaz Quadrat (2008), a discussão em torno dos direitos humanos como uma importante bandeira de luta face aos governos ditatoriais, e lembramos que a LSN de 1969 criminalizava a divulgação de notícias, ainda que verdadeiras, que expusessem o bom nome, crédito ou prestígio do Brasil, as ações de Valéria Rezende e Linda Bimbi tornam-se emblemáticas das possibilidades de oposição e resistência ao regime militar, exercidas por religiosas. Vale ressaltar que a relação

⁸ Discurso de Linda Bimbi. Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Roma, 29 de junho de 1979.

entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar conta já com significativa produção historiográfica. Especialmente no que diz respeito a atuação da Igreja Católica, através da CNBB, na contraposição ao regime é bastante frequente a referência à padres e bispos que posicionaram-se publicamente contra a prática da tortura e em favor dos Direitos Humanos. São comumente referenciados nomes como de os de Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Pedro Casaldáglia, Frei Betto, Dom Hélder Câmara (apelidado de “bispo vermelho”) e Dom Marcelo Pinto Carvalheira (que sentiu no corpo a ação coerciva do regime militar) entre tantos outros. Para além destes, cremos fundamental alargar as possibilidades de leitura destas resistências, através da atenção à diferentes ações, protagonizadas por diferentes sujeitos. Neste sentido, os excessos cometidos pelo governo brasileiro chamaram igualmente a atenção de Charles Antoine e ganharam centralidade em um informativo publicado pelo religioso: o DIAL – *Diffusion de l’Information sur l’Amérique Latine*.

Charles Antoine nasceu na França, em 1929, e veio ao Brasil em 1964, na condição de padre *Fidei Donum*⁹, atuar junto à Diocese de São Paulo. Permaneceu no Brasil durante cinco anos e experienciou uma realidade que qualificava como *cativante, densa, apaixonante, estimulante, arriscada*¹⁰. É justamente em meio à esta experiência e às coisas vistas, ouvidas e sentidas que resolve dar início à atividades de jornalista, através da criação de um pequeno boletim informativo religioso, chamado “Notícias da Igreja Universal”. Este boletim constituía-se, então, em uma tentativa de auxiliar aqueles e aquelas sujeitos à repressão e em condição de vulnerabilidade. Tratavam-se de poucas páginas mimeografadas que se apresentavam como a edição brasileira da revista Francesa International Catholic Information (ICI), a qual, por sua vez, possuía já uma edição em espanhol, uma tradução, produzida no México.¹¹

Quando retorna à França, em 1971, insiste nas atividades jornalísticas e funda, com a colaboração de colegas, o boletim informativo DIAL, cuja sigla pode ser traduzida - em português - como “Difusão de Informação sobre a América Latina”.

⁹ Designação atribuída aos religiosos missionários, de acordo com a encíclica *Fidei Donum*, publicada em 1957 pelo papa Pio XII

¹⁰ Texto lido durante a cerimônia fúnebre de Charles Antoine, realizada na Catedral de Belfort em 08 de agosto de 2002. Disponível em <http://www.alterinfos.org/spip.php?article1377>. Acesso em 18/09/2017.

¹¹ Depoimento de José de Broucker, presidente do Dial de 1971 à 1995, por ocasião da morte de Charles Antoine. Disponível em <http://www.alterinfos.org/spip.php?article1377>. Acesso em 20/09/2017.

A elaboração, publicação e divulgação do *DIAL* tinha como objetivo primeiro servir como testemunho e tornar de amplo conhecimento da comunidade francófona aquilo que ocorria no Brasil e, posteriormente, em diferentes países da América Latina. O trabalho exaustivo de Antoine consistia em ler, selecionar, traduzir e organizar notícias e documentos referentes a repressão para posteriormente publica-los no boletim *DIAL*. Para tanto, contava com uma ampla rede de informantes e apoiadores, formada por companheiros laicos e, principalmente, religiosos e religiosas que viviam no Brasil ou outros países da América Latina, alguns como missionários, outros não. As ações de Antoine direcionavam-se prioritariamente em defesa da dignidade humana e pela libertação dos oprimidos. Vinculava-se, desta maneira, a algumas compreensões que podem ser aproximadas ao catolicismo progressista brasileiro e, igualmente, latino-americano, as quais ganharam força especialmente nos anos 70.

Charles Antoine manteve-se na direção do *DIAL* até os anos 90. Retira-se por acreditar que a América Latina iniciava um novo processo, diferente daquele que ele havia conhecido. Além disso, constatou que com o fim das ditaduras, as informações eram enviadas com menos frequência e urgência, ainda que reconhecesse a existência de um amplo trabalho a ser realizado por aqueles e aquelas vinculados à Igreja Católica.¹²

Ainda que conformadas por inúmeras especificidades e elementos de distinção, as trajetória de Maria Valéria Rezende, Linda Bimbi e Charles Antoine possibilitam-nos pensar acerca de resistências contra o regime militar e o caráter transnacional destas possibilidades. No que diz respeito ao primeiro ponto, não é possível desconsiderar em que medida a condição de religiosas e religioso emergiam como espaço de possibilidades. A condição de freira, no caso de Valéria Rezende, permitia-lhe circular em espaços que, se não o fosse, certamente não teria acesso. Linda Bimbi, além da organização e publicação das cartas de prisão de Frei Betto na Itália, fazia parte de uma rede de denúncias, as quais foram sistematizadas e amplamente divulgadas através do Tribunal Russel II que, além da denúncia, buscava influenciar a elaboração de dispositivos legais em defesa dos direitos humanos, os quais pudessem ser efetivamente operados para alguma sorte de intervenção no Brasil e demais países que encontravam-se igualmente sob o governo de regimes autoritários. Charles Antoine chegara ao Brasil como missionário e, por meio desta condição, constituiu larga

¹² Idem.

trama de informantes e apoiadores que possibilitaram e auxiliaram diretamente a publicação de um informativo de denúncia. Além da condição religiosa, as ações destes três personagens adjetivam-se igualmente por seu caráter transnacional. Possibilitam-nos, dessa forma, pensar a resistência e a oposição ao regime militar através de uma mirada ampliada e não restrita as fronteiras nacionais. Se a instauração da repressão não pode ser compreendida de maneira exclusivamente endógena, cremos que a resistência pode (e deve) igualmente ser observada em suas características *transfronteiriças*. (BUCHERON;DELALANDE, 2015).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru: Edusc, 2005.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BIUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. **Por uma história mundo**. Belo Horizonte: autêntica, 2015.

BRASIL. **Decreto-lei No. 898**. 29 de setembro de 1969.

CAVALCANTI, Mercedes. Maria Valéria Rezende: a literatura me salvou. **Revista A Semana**. João Pessoa. Segundo semestre de 2006.

MAUÉS, Flamarion . Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar. **Cadernos Cedem**, v. 2, p. 47-59, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Frei Betto**: trinta anos em cinco momentos. São Paulo. 22 out. 2001. Ilustrada. p.08

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo horizonte, 2003(Tese de doutorado) Departamento de Historia da FAFICH. UFMG.

JORNAL FATO. **As 88 primaveras de Irmã Margarida e a Escola Estadual Helena Guerra**. Contagem – MG. Dez. 2010. Ano 4. No. 85. p.05.

QUADRAT, Samantha Viz. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. In FICO, Carlos (et al.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. s/p

REVISTA MARIE CLAIRE. **Uma freira em ritmo de aventura**. Editora Globo. Ago. 2006. Edição 185.



ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. s/p